

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016, acompanhadas das notas explicativas e relatório da Auditoria Independente.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 30 de junho de 2017, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$146 milhões (30/06/2016 - R\$141 milhões). O lucro líquido apresentado no período de 2017 foi de R\$1,9 milhões (30/06/2016 - R\$2,2 milhões).

Ativos e Passivos
Em 30 de junho de 2017, os ativos totais atingiram R\$229 milhões (30/06/2016 - R\$221 milhões). Desse montante, destacamos, R\$107 milhões (30/06/2016 - R\$103 milhões) são representados por Outros Créditos Diversos - Devedores por Depósitos em Garantia.

Em 30 de junho de 2017, o montante de Outras Obrigações Diversas - Provisão para Riscos Fiscais, Obrigações Legais, Ações Trabalhistas e Ações Cíveis foi de R\$76 milhões (30/06/2016 - R\$70 milhões).

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 28 de agosto de 2017.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2017	30/06/2016		Nota	30/06/2017	30/06/2016
Ativo Circulante		27.734	24.166	Passivo Circulante		11.352	13.186
Disponibilidades	4&12.e	101	517	Outras Obrigações		11.352	13.186
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.e	12.238	13.369	Fiscais e Previdenciárias	8	234	937
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		12.238	13.369	Diversas	9	11.118	12.249
Outros Créditos		15.384	10.279	Passivo Exigível a Longo Prazo		71.765	67.028
Frendas a Receber	5	1.689	1.146	Outras Obrigações		71.765	67.028
Créditos Tributários	6	8.368	7.066	Fiscais e Previdenciárias	8	11	-
Diversos	7	5.327	2.067	Diversas	9	71.754	67.028
Outros Valores e Bens		11	1	Patrimônio Líquido	11	145.586	140.775
Despesas Antecipadas		11	1	Capital Social:			
Ativo Realizável a Longo Prazo		200.968	196.822	De Domiciliados no País		105.264	105.264
Outros Créditos		200.968	196.822	Reservas de Lucros		40.303	35.511
Créditos Tributários	6	10.614	9.866	Ajuste de Avaliação Patrimonial		19	-
Diversos	7	190.354	186.956	Total do Passivo		228.703	220.989
Permanente		1	1				
Investimentos		1	1				
Outros Investimentos		106	106				
(Provisões para Perdas)		(105)	(105)				
Total do Ativo		228.703	220.989				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		105.264	21.053	12.288			138.605
Lucro Líquido		-	-	-	-	2.170	2.170
Destinações:							
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	-	1.085	-	(1.085)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	-	1.085	-	(1.085)	-
Saldos em 30 de Junho de 2016		105.264	21.053	14.458			140.775
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		105.264	21.053	17.394	31		143.742
Plano de Benefício a Funcionários		-	-	-	(12)	-	(12)
Lucro Líquido		-	-	-	-	1.856	1.856
Destinações:							
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	-	928	-	(928)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	-	928	-	(928)	-
Saldos em 30 de Junho de 2017		105.264	21.053	19.250	19		145.586

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Asset), subsidiária integral da SAM Brasil Participações S.A., tem como principais atividades: (i) Subscriver, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para vender; (ii) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; (iii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; e (iv) realizar a administração de recursos de terceiros, por meio de fundos de investimento, clubes de investimento, carteiras de títulos e valores mobiliários, ou de outros instrumentos legais permitidos pela legislação, sendo que a realização de suas atividades observam todas as normatizações e as regulamentações aplicáveis emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Asset foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o período findo em 30 de junho de 2017 na reunião realizada em 28 de agosto de 2017.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Asset.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

f) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

g) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

g.1) Outros Investimentos

Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

h) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes

A Santander Asset é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras (nota 10.a).

No caso de transições em julgado favoráveis a Santander Asset, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

i) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Santander Asset de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Santander Asset como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 19. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, a Santander Asset aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os valores do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no exercício corrente.

O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em exercícios anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas de pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovada pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o exercício subsequente.

i) Remuneração Baseada em Ações

Liquidação em Ação
São referidas a opções de compra de ações do Banco Santander promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. As quantidades de ações concedidas aos executivos variam de acordo com determinados parâmetros de desempenho.

No início do plano é efetuada uma estimativa da quantidade provável das opções que serão outorgadas e registra-se o valor justo em despesa de pessoal em contrapartida contra o "patrimônio líquido - reservas para pagamento baseado em ações" ao longo do período de vigência de cada ciclo.

Liquidação em Dinheiro
No início do plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável de ações "hipotéticas" que serão recebidas pelos executivos. É apurado o valor justo das ações "hipotéticas" e registrado ao longo do período de vigência de cada ciclo uma provisão em outras obrigações em contrapartida com a despesa de pessoal.

k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicado sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre o prejuízo fiscal, base negativa. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 6.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

m) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revistas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 30 de junho de 2017 e 2016, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos representados por disponibilidades no montante de R\$101 (30/06/2016 - R\$517).

5. Outros Créditos - Rendas a Receber

	30/06/2017	30/06/2016
Rendas de Gestão de Fundos a Receber	1.403	524
Rendas na Distribuição de Cotas de Fundos de Investimentos	286	622
Total	1.689	1.146
Circulante	1.689	1.146

6. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2017
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	12.505	1.610	-	14.115
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	2	194	(8)	188
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	741	41	(22)	760
Provisão para Despesas de Pessoal	2.531	1.237	(2.253)	1.515
Outras Provisões Temporárias ⁽¹⁾	2.108	296	-	2.404
Saldo dos Créditos Tributários Circulante	17.887	3.378	(2.283)	18.982
Longo Prazo	4.423			8.368
Total	13.464			10.614
	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2016
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	11.202	1.267	(768)	11.701
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3	-	(1)	2
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.036	72	(440)	668
Provisão para Despesas de Pessoal	112	1.285	(113)	1.284
Outras Provisões Temporárias ⁽¹⁾	3.003	274	-	3.277
Total dos Créditos Tributários Circulante	15.356	2.898	(1.322)	16.932
Longo Prazo	3.115			7.066
Total	12.241			9.866

⁽¹⁾ Inclui provisões para despesas administrativas.

b) Excepcional de Realização dos Créditos Tributários

		Diferenças Temporárias	Prejuízos Fiscais - Base Negativa	Total
Ano	IRPJ	CSLL		
2017	664	727	-	1.391
2018	7.536	6.418	-	13.954
2019	1.917	1.249	-	3.166
2020	-	125	-	19
2021	201	121	-	322
2025 a 2026	3	2	-	5
Total	10.321	8.642		19

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$17.383 (30/06/2016 - R\$15.057), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação, projetada para os exercícios correspondentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado*

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Disponibilidades	101	517	-	-
Banco Santander (Brasil) S.A.				
(Banco Santander) (Nota 4) ⁽¹⁾	101	517	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽²⁾	12.238	13.369	660	908
Banco Santander ⁽¹⁾	12.238	13.369	660	908
Rendas a Receber	31	41	370	350
Santander Capitalização S.A.	-	-	346	335
Santander Asset Management Luxembourg, S.A.	31	41	24	15
Valores a Pagar à Sociedades Ligadas (Nota 9)	(201)	(508)	(1.052)	(2.849)
Banco Santander ⁽¹⁾	(103)	(371)	(535)	(2.136)
SAM Investment Holdings Limited	(15)	(54)	(19)	(215)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	(83)	(83)	(498)	(498)

⁽¹⁾ Controlado pelo Banco Santander Espanha.

⁽²⁾ Em 30 de junho de 2017, estão compostas por aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento até 3 meses no valor de R\$0 (30/06/2016 - R\$1.192) e de 3 a 12 meses no valor de R\$12.238 (30/06/2016 - R\$12.177).

13. Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Receitas de Gestão de Fundos de Investimentos	5.653	1.315
Receita de Taxa de Performance	100	4
Receitas de Distribuição de Cotas	2.101	4.683
Total	7.854	6.002

14. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Proventos	1.121	1.766
Previdência Social	247	334
Benefícios	159	57
Encargos Sociais	84	136
Outras	94	59
Total	1.705	2.352

15. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	87	324
Contribuição Entidades Associadas	150	165
Publicações	48	60
Outras	14	12
Total	299	561

16. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Reversão de Provisões Operacionais		
Fiscais	-	1.440
Trabalhistas (Nota 10.c)	-	130
Cíveis (Nota 10.c)	-	1
Outras	-	147
Atualização de Depósitos Judiciais	3.182	3.397
Atualização de Impostos a Compensar	1.555	1.998
Recuperação de Encargos e Despesas	-	18
Outras	4	44
Total	4.741	7.175

17. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Provisões Operacionais		
Fiscais	1.576	-
Cíveis (Nota 10.c)	441	-
Variação Monetária Passiva	141	121
Atualização Monetária	3.381	2.756
Despesas com Serviços Corporativos (Nota 12.e)	498	498
Despesas com Rebate de Distribuição Fundos (Nota 12.e)	535	2.136
Outras	30	574
Total	6.602	6.085

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	3.601	4.178
Participações no Lucro ⁽¹⁾	(2.748)	(2.855)
Resultado antes dos Impostos	853	1.323
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20% Respectivamente	(384)	(595)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	1.293	1.376
Demais Ajustes CSLL 5%	229	52
Demais Ajustes ⁽²⁾	(135)	14
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.003	847

⁽¹⁾ A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

⁽²⁾ Refere-se a Incentivo Fiscal PAT, Adicional de IRPJ 10%, ILP, Reversão de provisão operacional fiscal e Ajuste Crédito Tributário de exercício anterior.

19. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego
a) Plano de Aposentadoria Complementar

A Santander Asset patrocina os planos de benefício definido e de contribuição definida da Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev) Plano II e SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), entidades fechadas de previdência privada e de previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Sanprev

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano Sanprev III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições

e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, 2 na modalidade de Benefício Definido e 1 na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Em fase de solicitação do processo de encerramento da autorização de funcionamento junto a Previc.

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	Sanprev	
	30/06/2017	30/06/2016
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(52)	(109)
Valor Justo dos Ativos do Plano	77	155
Superávit	25	46
Valor não Reconhecido como Ativo	-	46
Ativo Atuarial Líquido em 30 de Junho de 2017	25	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	32	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	6	9

Principais Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

- Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial: 10,41% (30/06/2016 - 12,3%);
- Taxa para cálculo do juros sobre os ativos, para exercício seguinte: 10,41% (30/06/2016 - 12,3%);
- Taxa estimada de inflação no longo prazo: 4,5% (30/06/2016 - 4,5%);
- Taxa estimada de aumento nominal dos salários: 5,0% (30/06/2016 - 5,0%); e
- Tábua biométrica de mortalidade geral: AT2000 (30/06/2016 - AT2000).

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Sanprev	
	30/06/2017	30/06/2016
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(2)	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(2)	-
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	3	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	3	-
Mudança no superávit irrecuperável	-	3
A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2016 e 2015		
	Duration (em Anos)	
	30/06/2017	30/06/2016
	16,53	16,63

Sanprev II/III

II) SantanderPrevi

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

O valor apropriado no primeiro semestre de 2017 relativo a SantanderPrevi foi de R\$57 (30/06/2016 - R\$34).

b) Remuneração com Base em Ações

A Santander Asset possui dois programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global e o Programa Local. No primeiro semestre de 2017 e 2016, não houve despesas "pro rata" dia registradas para o Programa Global, pois não houve participantes elegíveis ao programa no período. Para o programa local, houve despesas no montante de R\$77 (30/06/2016 - despesas R\$47) indexado a 100% do CDI, pago de forma diferida e 100% em dinheiro e R\$14 (30/06/2016 - R\$569) para Bônus Referenciado em Ações e pagos 100% em units e foi registrado despesas com a oscilação do valor de mercado da ação do plano no valor de R\$15 (30/06/2016 - despesas R\$103) como despesas de pessoal. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida de outras obrigações.

20. Outras Informações

a) Em 30 de junho de 2017, o valor total do patrimônio líquido dos fundos de investimentos sob gestão é de R\$5.038.772 (30/06/2016 - R\$1.550.440).

b) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Santander Asset aderiu ao Comitê de Auditoria Único, do Banco Santander. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

DIRETORIA
Diretor Presidente: Miguel Gomes Ferreira

Diretores Executivos

Eduardo Alves de Castro

Pedro Paulo Nogueira Pereira

Jorge Eduardo Kattar

Aquiles do Lago Salvador Mosca

Murilo Robotton Filho

Contador

José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da Santander Brasil Asset Management

Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de

que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Luiz Carlos Oselero Filho

Contador

CRC nº 1 SP 234751/O-6